

# A PALAVRA *FILOLOGIA* E AS SUAS DIVERSAS ACEPÇÕES: OS PROBLEMAS DA POLISSEMIA

## FILOLOGIA E CRÍTICA TEXTUAL <sup>1</sup>

Maximiano de Carvalho e Silva  
UFF

1. A origem da palavra *filologia*. / 2. Usos antigos das palavras *filologia* e *gramática*. / 3. Francisco Adolfo Coelho e o uso das palavras *lingüística*, *glotologia* e *filologia*. / 4. O sentido de *filologia portuguesa* para Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos e seus seguidores em Portugal e no Brasil. / 5. O uso de *filologia* como equivalente a *crítica textual*. / 6. Soluções que se impõem ante os problemas da polissemia. / 7. Filologia e Crítica Textual - Crítica Textual e Ecdótica. / 8. Conclusões.

### 1. A origem da palavra *filologia*.

A palavra *filologia*, de origem grega, é de formação culta e tardia, como acentuou Carolina Michaëlis de Vasconcelos no valioso e minucioso estudo que inicia as suas *Lições de Filologia Portuguesa*, e tem sido usada em várias acepções em mais de “vinte e quatro séculos de existência documentada”. Constituem essa palavra dois elementos: *filo*, que traduz a idéia de “amor”, “apreço e estima especial”, e *logia*, que significa “doutrina, ciência, erudição, conhecimento ou estudo científico”.

Desde a origem, essa palavra, que do grego passou ao latim, com o sentido amplo de “amor da ciência” e “culto da erudição ou da sabedoria em geral”, e com o sentido especial de “culto da ciência da linguagem” <sup>2</sup>, foi empregada

<sup>1</sup> Texto revisto, corrigido e ampliado da comunicação apresentada na mesa redonda “Rumos da Filologia” do IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, em sessão do dia 10 de setembro de 2000 no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

<sup>2</sup> Cf. *Lições de Filologia Portuguesa – Segundo as Preleções Feitas aos Cursos de 1911/12 e de 1912/13 – Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico* (Lisboa, Revista de Portugal, 1946) [Lições I e II: “Filologia: Noções Etimológicas e Semasiológicas” e “História da Filologia”, p. 121-141]. V. também verbete “Filologia” de autoria de Otto Maria Carpeaux e Antônio Houaiss, na enciclopédia *Mirador* (Rio de Janeiro, Encycl. Britannica do Brasil, volume 9, 1975, p. 4599).

para indicar toda a sorte de indagações sobre os textos de qualquer natureza – históricos, religiosos, filosóficos, literários e científicos – com a finalidade de preservá-los e de interpretá-los corretamente, o que implicava o trabalho de restituí-los na medida do possível à apresentação original, através de minuciosos estudos comparativos dos testemunhos existentes, conservados muitíssimos deles apenas por cópias de diversas origens, a que se deu o nome de *apógrafo*s. Assim sendo, para designar “os homens que se distinguiram quer pela vastidão, multiplicidade e profundidade dos seus conhecimentos gerais, quer pelo culto especial das ciências da linguagem”, foi usada a palavra *filólogo* <sup>3</sup>.

Sendo fundamental para o exame dos textos o aprofundamento dos conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento das línguas em que estavam redigidos, logo se criou também, como referência ao “pensamento especulativo sobre a linguagem”, a palavra *gramática* (com base no substantivo *gramma*, “sinal gravado”, “letra”), aplicada de início ao que respeita “à escrita e, derivadamente, à leitura” e por extensão à língua e ao saber lingüístico <sup>4</sup>. Tais especulações gramaticais eram porém a princípio meramente ancilares, voltadas para o objetivo fundamental de favorecer a compreensão dos textos de maior expressão cultural, como o que foi feito pelos primeiros filólogos – para dar apenas dois exemplos – na Grécia e em Alexandria (Egito), em relação aos textos literários helênicos e na Índia aos textos de caráter religioso de especial valor para o hinduísmo.

Desde os albores da época do Renascimento, renovando-se e aumentando o interesse pelo estudo dos textos, as palavras *filologia* e *filólogo* nas acepções mencionadas passaram a ser empregadas para designar estudos diferenciados, em expressões como *filologia greco-latina* ou *filologia clássica*, e a partir do século XVIII *filologia indo-germânica*, *filologia românica* e assim por diante. Todavia, segundo a observação de Carolina Michaëlis, à medida que tais estudos se aprofundavam, sentia-se a necessidade de “separar o estudo das línguas do das literaturas de cada uma delas” <sup>5</sup>.

A noção exata da riqueza e complexidade da linguagem humana foi conquista de muitos e muitos anos de pacientes reflexões. Espíritos mais atilados, analisando a variedade das línguas e dos usos lingüísticos, perceberam afinal a ocorrência de usos circunstanciais, todos eles merecedores de atentos estudos e observações. Lembre-se, por exemplo, que numa de suas cartas de

<sup>3</sup> Carolina, op. cit., p. 128.

<sup>4</sup> Cf. Herculano de Carvalho, verbete “Gramática”, in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. 9, 1969, col. 903-905.

<sup>5</sup> Op. cit., p. 129.

tom familiar o grande orador e escritor romano Cícero já indagara do seu correspondente se não lhe causava estranheza o fato de estar usando palavras da linguagem vulgar, um tanto diferente da dos seus discursos no Senado romano, marcados pela preocupação de uma escolha mais cuidada dos meios de expressão <sup>6</sup>. Lembre-se mais que data dessa época o precioso registro que um observador dos fatos lingüísticos nos deixou, no documento conhecido como *Appendix Probi*, de palavras ou expressões da linguagem mais apurada em confronto com o que se dizia na linguagem corrente (o chamado “latim vulgar”), atestando assim uma série de fatos de fundamental importância para a explicação da origem de muitas formas das línguas românicas <sup>7</sup>.

## 2. Usos antigos das palavras *filologia* e *gramática*.

Sabe-se muito bem, mas é preciso repetir neste excurso, que mantendo-se sempre o interesse pelo funcionamento das línguas e pelo exame dos textos escritos no correr dos séculos, todavia só decorrido muito tempo, ou seja, do século XVIII em diante, os estudos sob os rótulos de *filologia* e *gramática* conseguiram progressivamente maiores avanços e melhor caracterização dos seus objetivos e métodos. Aos poucos, pautados por crescente rigor metodológico, foram assumindo caráter novo, realmente científico, graças às percepções de grandes mestres, expostas em trabalhos de fundamental importância.

Já nas primeiras décadas do século XIX, graças às luminosas contribuições desses grandes renovadores dos estudos filológicos, lingüísticos e literários, passou-se a ter uma visão, incompleta embora, de um complexo de novas ciências, interligadas, e ancilares umas das outras, que teriam o mesmo objeto material – o estudo da linguagem humana articulada – mas ao mesmo tempo objetos formais distintos <sup>8</sup>: eram as denominadas *ciências da linguagem* (usada a palavra *linguagem* não em sentido geral, mas apenas referida à linguagem humana articulada). Uma série de fatos, porém, dificultou ou impediu a delimitação das áreas de atuação respectivas. A esse conjunto de ciências diversas, mas de limites ainda indefinidos, continuou a aplicar-se, à falta de outros nomes, o antigo rótulo de *filologia*.

<sup>6</sup> Exemplo citado por Sousa da Silveira nas *Lições de Português* (v. 9ª edição, Rio de Janeiro, Presença, 1983, § 26, p. 29).

<sup>7</sup> V. Serafim da Silva Neto, *Fontes do Latim Vulgar: o “Appendix Probi”*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1956.

<sup>8</sup> A distinção entre *objeto material* e *objeto formal*, da lógica escolástica, é assim explicada por F.-J. Thonnard: sendo o objeto em geral “la chose dont on s’occupe en agissant”, o objeto material é “la chose prise en elle-même”, e o objeto formal “l’aspect spécial sous lequel l’agent ou la fonction atteint la chose qui l’intéresse” (*Précis de Philosophie en Harmonie Avec les Sciences Modernes*, Paris, Sociéte de Saint Jean l’Evangeliste, 1950, p. 484).

Quanto à palavra *gramática*, entendida como “estudo ou conhecimento especulativo da língua como saber prático”<sup>9</sup>, também teve desde a sua remota origem em variado uso, com acepções diversas, como já assinalaram os melhores tratadistas da matéria. Não é porém nosso objetivo neste artigo expor os diversos conceitos com que essa palavra tem sido usada<sup>10</sup>.

Para *filologia* encontrou o notável dicionarista D. Rafael Bluteau, no seu gigantesco *Vocabulário Português e Latino*, publicado em seis volumes, de 1712 a 1720, a seguinte explicação:

É palavra grega composta de *philos*, “amigo”, e *logos*, “discurso”; e *filologia* val o mesmo que estudo das letras humanas, começando da gramática (que antigamente era a parte principal da filologia), e prosseguindo com a eloquência oratória, e poética, com as notícias da história antiga, e moderna, com a inteligência, interpretação, e crítica dos autores, com a erudição sagrada, e profana, e geralmente com a compreensão e aplicação de todas as cousas, que podem ornar o engenho, e discurso humano. Rigorosamente falando, filologia é a parte das ciências, que tem por objeto as palavras, e propriedade delas.

Na continuação do verbete, Bluteau alerta para o uso diversificado ou identificado das palavras *filologia* e *gramática* já documentado em autores latinos.<sup>11</sup>

### 3. Francisco Adolfo Coelho e o uso das palavras *lingüística*, *glotologia* e *filologia*.

Só com a criação de palavras ou expressões mais apropriadas para designar o estudo científico da linguagem humana articulada – *lingüística* ou *lingüística geral* ou *teoria da linguagem* – surgiu da segunda metade do século passado em diante a possibilidade de resolver a deficiência e imprecisão terminológica de que estamos tratando. Uma das soluções era restituir à palavra *filologia* o sentido primitivo que lhe atribuía como tarefa principal a equivalente ao que hoje se denomina *crítica textual*. Foi o que procurou fazer em Portugal o grande renovador dos estudos lingüísticos naquele país, Francisco Adolfo Coelho, ao dizer logo no início de um trabalho publicado em 1881 e com reedição emendada e aumentada em 1887:

<sup>9</sup> Herculano de Carvalho, *ibid.*, col. 904.

<sup>10</sup> Leia-se para maiores esclarecimentos, além do já citado verbete de Herculano de Carvalho sobre “Gramática” na enciclopédia *Verbo*, o que o mesmo autor escreveu no capítulo 18 da sua *Teoria da Linguagem* (tomo 2, Coimbra, Atlântida, 1973, p. 577-578), e o pequeno livro de Pierre Guiraud *La Grammaire* (Paris, Presses Universitaires de France, 1961).

<sup>11</sup> Cf. Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, Lisboa, na Oficina de Pascoal da Silva, tomo VI, 1720, p. 482.

*Filologia* propriamente dita é o conjunto de conhecimentos que se referem à literatura dum ou mais povos e à língua que serve de instrumento a essa literatura, considerados principalmente como a mais completa manifestação do espírito desse povo ou desses povos.

Logo em seguida, esclarecendo melhor seu pensamento, Adolfo Coelho afirma que o “estudo da língua” e outros estudos correlatos “são para a filologia auxiliares, não fins”, e acrescenta:

Por *filologia portuguesa* deve pois entender-se o estudo dos monumentos literários da língua portuguesa sob todos os pontos de vista.

Indica mais, entre as nove partes que deve compreender uma ciência assim denominada, a “determinação da autenticidade” e a “restituição dos textos a uma forma tão próxima quanto possível da original”.

Na conclusão do primeiro tópico de seu luminoso livro, Francisco Adolfo Coelho, depois de mencionar as palavras *lingüística*, *glótica* e *glotologia* como as apropriadas para denominar a nova ciência que se voltaria para o estudo científico histórico-comparativo de todas as manifestações do fenômeno língua –, declara preferência pela última denominação, assinala que a *glotologia* “não tem por fim o estudo prático das línguas para as falar ou escrever, nem o estudo das línguas como meio para o estudo das literaturas”, e adverte:

A *glotologia* é porém uma ciência histórica, como a *filologia*, e não uma ciência natural. A linguagem não é um produto natural, mas sim um produto social, como o direito, a religião, a arte.<sup>12</sup>

#### 4. O sentido de *filologia portuguesa* para Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos e seus seguidores em Portugal e no Brasil.

Por bom tempo, os três termos – *filologia*, *lingüística* e *glotologia* (ou também *glótica*) – dividiram a preferência dos estudiosos, nem sempre usados com o mesmo sentido.

Ferdinand de Saussure, entre as formulações iniciais do seu famoso *Cours de Linguistique Générale*, segundo o que se publicou postumamente e pela primeira vez em 1916, usou os termos *filologia* e *lingüística* para designarem

---

<sup>12</sup> As passagens citadas são transcritas da primeira edição do livro de F. Adolfo Coelho *A Língua Portuguesa: Noções de Glotologia Geral e Especial Portuguesa* (Porto, Magalhães & Moniz, 1881, “Secção I – Noções Gerais, 1. A Filologia e a Glotologia”, p. 1-4). V. ainda, para exata apreensão do pensamento do autor, o que ele diz mais extensamente nas páginas 9 a 23 da segunda edição da obra, de 1887.

duas ciências distintas, cada uma delas com finalidade própria. Assim, já no primeiro capítulo da obra se lê:

A língua não é o único objeto da filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos; este primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc.; em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica. Se aborda questões lingüísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura.<sup>13</sup>

Quanto à lingüística, devia ter como “tarefa” [*tâche*] fundamental a de “fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger”<sup>14</sup>, “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história”<sup>15</sup>. Para Saussure, portanto, devia estabelecer-se uma distinção nítida entre *filologia* e *lingüística*, “malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam”<sup>16</sup>.

Saussure, como se sabe, assumiu tal posição nos três cursos ministrados em Genebra (Suíça) entre a primeira e a segunda década do século XX (1907-1911), mas ela só se tornaria bastante conhecida alguns anos mais tarde. Enquanto isso, entrava em cena no mundo de língua portuguesa um elemento altamente perturbador: a posição clara, incisiva, categórica, de dois dos maiores linguistas e críticos textuais portugueses, Carolina Michaëlis e Leite de Vasconcelos, em favor do emprego amplo da expressão *filologia portuguesa* para englobar toda a sorte de investigações a respeito da língua e dos seus diferentes usos. Para Leite de Vasconcelos, por *filologia portuguesa* se devia entender:

<sup>13</sup> Cf. Ferdinand de Saussure, *Curso de Lingüística Geral*, tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, São Paulo, Cultrix, 1969, p. 7-8. Na edição crítica do mesmo *Cours de Linguistique Générale*, preparada por Tullio de Mauro (Paris, Payot, 1973), p. 13-14: “La langue n’est pas l’unique objet de la philologie, qui veut avant tout fixer, interpreter, commenter les textes; cette première étude l’amène à s’occuper aussi de l’histoire littéraire, des moeurs, des institutions, etc.; partout elle use de sa méthode propre, qui est la critique. Si elle aborde les questions linguistiques, c’est surtout pour comparer des textes de différentes époques, déterminer la langue particulière à chaque auteur, déchiffrer et expliquer des inscriptions rédigées dans une langue archaïque ou obscure.”

<sup>14</sup> Tullio de Mauro, ed. cit., p. 20: “faire la description et l’histoire de toutes les langues qu’elle pourra atteindre”.

<sup>15</sup> Idem, p. 20: “chercher les forces qui sont en jeu d’une manière permanente et universelle dans toutes les langues” e “degager les lois générales auxquelles on peut ramener tous les phénomènes particuliers de l’histoire”.

<sup>16</sup> Idem, p. 21: “malgré les points de contact des deux sciences et les services mutuels qu’elles se rendent”.

o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua <sup>17</sup>.

Para Carolina Michaëlis, *filologia portuguesa* seria:

o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional <sup>18</sup>.

Desde então, no Brasil, a palavra *filologia* se usou preferentemente no amplo sentido das definições de Leite de Vasconcelos e de Carolina Michaëlis. Entre os primeiros mestres que adotaram e ajudaram a divulgar os ensinamentos dos dois filólogos portugueses estavam os professores Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Augusto Magne e outros.

Quando em 1934 começou a funcionar a primeira Universidade brasileira já na vigência dos novos ditames sobre a organização universitária estabelecidos pela legislação federal (a Universidade de São Paulo – USP), instituiu-se entre as suas cátedras a de Filologia Portuguesa, cujos programas abrangiam estudos variados de lingüística portuguesa (sincrônica e diacrônica) e estudos de textos que hoje estão no âmbito da crítica textual. Dela foi colaborador, vindo da Universidade de Lisboa, o professor contratado português Francisco Rebelo Gonçalves, que no Brasil publicaria o seu livro *Filologia e Literatura* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937).

Todavia, com o correr do tempo, a percepção mais nítida da existência de uma ciência geral da linguagem humana, avivada com a leitura da obra de Saussure e das obras de outros grandes mestres, deu ensejo a que na segunda experiência do ensino superior de Letras no Brasil, a da Universidade do Distrito Federal, que funcionou na cidade do Rio de Janeiro (então capital da República), apenas entre os anos de 1935 e 1938, se instituísse uma cadeira autônoma de Lingüística Geral e que no curso da matéria aí ministrado em 1938 pelo professor Joaquim Matoso Câmara Júnior se sentisse o alcance da teoria da linguagem e da sua utilização como base dos estudos das lingüísticas especiais. A atuação de Matoso Câmara se consagraria com o apoio do então catedrático de Língua Portuguesa da UDF, o professor Sousa da Silveira, que com lucidez percebera

<sup>17</sup> Cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, 2ª edição (melhorada), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, p. 9. A primeira edição da obra é de 1911, e nela a definição de *filologia* não está nos mesmos termos, mas é substancialmente a mesma.

<sup>18</sup> Cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, Revista de Portugal, 1946, p. 152.

a necessidade de se reconhecer a Lingüística como ciência autônoma e matéria básica e indispensável à boa formação dos estudantes de Letras. Sem demora as lições de Matoso Câmara foram publicadas, primeiramente nos anos de 1939-1940 em artigos de revista especializada (a *Revista de Cultura*, dirigida pelo Padre Tomás Fontes), e logo em seguida, em 1941, em livro editado pela Livraria Briguiet, com o título de *Princípios de Lingüística Geral (Como Fundamento Para os Estudos Superiores de Língua Portuguesa)* e prefácio de Sousa da Silveira. Essa obra é portanto um marco na evolução dos estudos das ciências da linguagem no Brasil.

Deve ser lembrado no entanto, como prova da persistência do uso da palavra *filologia* no seu sentido mais extensivo, que em 1944, ao se criar no Rio de Janeiro uma instituição nacional para congregar os que se dedicavam a tais estudos, tendo como “finalidade precípua” o conhecimento mais extenso e profundo da língua portuguesa, o nome escolhido para a mesma foi Academia Brasileira de Filologia, nela se admitindo como ocupantes das 40 cadeiras não só lingüistas ou críticos textuais como Sousa da Silveira (aclamado presidente da instituição), Padre Augusto Magne (Vice-Presidente), Said Ali, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Ismael de Lima Coutinho, Matoso Câmara Júnior e outros, mas também especialistas em estudos literários como Afrânio Peixoto (o festejado autor dos *Ensaíos Camonianos*), Renato Almeida (grande folclorista) e Silvio Júlio de Albuquerque Lima (autor de obras de literatura comparada e de interpretação de textos da literatura brasileira). Ficou assentado pois que podem fazer parte da Academia como membros efetivos os especialistas em teoria da linguagem ou lingüística geral, em lingüística portuguesa, em crítica textual, e em ciências afins, como a história e a crítica literária entre outras.

Serafim da Silva Neto, na “Explicação” prévia do seu *Manual de Filologia Portuguesa* (1952), via a lingüística como “uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas”, e a filologia como a ciência que “encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas: filologia portuguesa, filologia indo-européia”<sup>19</sup>. Reafirmava pois a posição de Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis e tantos outros. Na “Introdução” da terceira edição (1956) do seu livro *Fontes do Latim Vulgar*, dizia o grande mestre:

Por *filologia portuguesa* devemos entender todos os estudos referentes à nossa língua e literatura. Não pareça estranho incluir-se a literatura no rol dos estudos filológicos, pois ela é a execução estética da matéria lingüística.

---

<sup>19</sup> Assim está também na segunda edição “melhorada e acrescentada” (Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957, p. XI-XII).

E acrescentava mais adiante:

As pesquisas filológicas podem cingir-se a determinada fase da língua [estudo sincrônico] ou abranger todos os períodos, desde o início à fase atual [estudo diacrônico] <sup>20</sup>.

Portanto, no conglomerado de disciplinas que compõem a filologia portuguesa deviam figurar, conforme o parecer de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis, retomado por Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto e outros seguidores das lições dos dois eminentes lingüistas e filólogos portugueses:

estudos de lingüística portuguesa sincrônica e diacrônica;  
história da literatura;  
estudos da literatura oral e do folclore;  
versificação portuguesa;  
crítica textual aplicada a textos em língua portuguesa.

## 5. O uso de *filologia* como equivalente a *crítica textual*.

5.1. Posições assumidas por Eugênio Coseriu, Herculano de Carvalho e Bertil Malmberg.

Já foi mencionado que Francisco Adolfo Coelho em 1881 propôs, para resolver o problema terminológico, o uso das seguintes expressões:

glotologia ou lingüística geral;  
glotologia ou lingüística especial (como a glotologia portuguesa);  
filologia [geral];  
filologia [especial] (como a filologia portuguesa).

Ficou patente em suas explicações citadas que para ele *filologia* (geral ou especial) designaria um complexo de ciências entre as quais a que hoje se denomina com mais frequência e mais adequadamente *crítica textual*.

Já foi mencionado também que Ferdinand de Saussure, nos cursos ministrados em Genebra entre 1906 e 1911, teria proposto que o nome *filologia* se destinasse apenas à ciência que tem como finalidade principal “fixar, interpretar e comentar os textos”, bem diversa da finalidade da lingüística geral.

O uso do termo *filologia* como equivalente a *crítica textual* é o que se observa largamente entre ensaístas italianos, mormente da segunda metade do

<sup>20</sup> Serafim, op. cit., p. 17.

século XX, em que tantas obras de fundamental importância têm dado inestimável contribuição ao estabelecimento mais preciso dos princípios teóricos dessa ciência e à aplicação dos mesmos ao estudo da gênese, da fixação e da interpretação dos textos, entre os quais os de língua portuguesa.

Por outro lado, três grandes figuras no campo da teoria da linguagem – o romeno Eugênio Coseriu, o português Herculano de Carvalho e o sueco Bertil Malmberg – em diferentes ocasiões propuseram em termos incisivos essa identificação.

Num trabalho pela primeira vez publicado em 1951, e reeditado em espanhol em 1986 com o título *Introducción a la Lingüística*, Eugênio Coseriu trata da confusão dos usos dos termos *lingüística* e *filología* e das explicações para o fato. Deixa bem claro, no entanto, o que no seu entender seria a melhor opção de uso:

En sentido estricto, por *filología* se entiende hoy comúnmente la *crítica de los textos* y, en su sentido mas amplio, *la ciencia de todas las informaciones que se deducen de los textos*, especialmente antiguos, sobre la vida, la cultura, las relaciones sociales y familiares, económicas, políticas y religiosas, etc., del ambiente en que los textos mismos se escribieron o a que se refieren.<sup>21</sup>

Em seguida Coseriu estabelece os limites com relação ao uso dos termos *lingüista* e *filólogo*, aplicáveis respectivamente a estudiosos das línguas ou a estudiosos dos textos como objetos materiais comuns mas como objetos formais distintos, visando a finalidades bem diversas.

O lingüista e crítico textual Herculano de Carvalho, tratando das dificuldades acarretadas pela polissemia do termo *filología*, falou na conveniência para “evitar mal-entendidos” de só se usar a palavra para designar o estudo dos textos “com vistas à sua fixação e interpretação”, tarefa que como sabemos é a da Crítica Textual<sup>22</sup>.

Bertil Malmberg, no livro de 1957 que em sua tradução espanhola tem o título de *Los Nuevos Caminos de la Lingüística* (México, Siglo XXI Editores, 1967), faz logo na introdução uma distinção entre os termos *lingüística* e *filología*, dizendo em relação a este último:

La lingüística es bien diferente de la *filología*, que estudia también el lenguaje, pero desde un punto de vista distinto.

<sup>21</sup> Coseriu, op. cit., Madrid, Editorial Gredos, 1986, cap. I.- “Objeto de la Lingüística”, p. 11-19.

<sup>22</sup> V. *Teoria da Linguagem*, tomo I, Coimbra, Atlântida Editora, 1967, p. 5, nota.

La filología se ocupa sobre todo de la interpretación de textos, si tomamos la palabra *texto* con el sentido mas lato posible. La tarea de la filología es, por lo tanto, establecer el contenido de un texto, en algun lenguaje.

[...] Determinar el estado original del texto, siguiendo la pista a los errores de los copistas e impresores, es el auténtico propósito de la critica de textos. (p. 1-2.)

## 5.2. Posição que assumimos até época recente: razões que nos fizeram compreender a necessidade de outra solução.

Foi essa mesma posição a que assumimos nós como professor do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, ao apoiarmos em 1963 a decisão de dar a uma das divisões do nosso Instituto de Letras como nova unidade universitária o nome de Departamento de Linguística e Filologia (sendo a outra o Departamento de Literatura), e mais adiante ao tomarmos a iniciativa de dividir a disciplina de Língua Portuguesa em dois setores: o de estudos de linguística especial portuguesa e o de estudos de crítica textual. Tendo adotado para o setor de crítica textual, pouco depois convertido em disciplina autônoma, a denominação de Filologia Portuguesa, organizamos para ele programas e atividades de pesquisa próprios, como a preparação de edições críticas e comentadas de autores brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX. Inclusive fizemos realizar em 1973 o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, o primeiro no gênero de que se tem notícia, cujo temário propunha exclusivamente o debate dos problemas teóricos da crítica textual e a aplicação dos seus princípios ao estudo dos textos da nossa língua, antigos, modernos e contemporâneos.<sup>23</sup>

Essa posição nossa, sustentada firmemente durante vários anos, mas com muitas incompreensões por parte de outros colegas de magistério, nos fez ver afinal que são insolúveis os problemas da polissemia da palavra *filologia*, razão pela qual a matéria básica criada por nossa iniciativa no curso de Letras da UFF, de que fomos Titular e em cujo domínio obtivemos o título de livre-docente<sup>24</sup>, depois de ter as denominações sucessivas de Filologia Portuguesa e Filologia / Crítica Textual, hoje se denomina Crítica Textual simplesmente, para que não paire mais nenhuma dúvida a respeito do seu campo de atuação. Por outro lado, na última divisão em setores do Instituto de Letras da UFF em

<sup>23</sup> Este congresso se realizou em novembro de 1973, sob o patrocínio da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Casa de Rui Barbosa, juntamente com a II Reunião Internacional de Camonistas, em sessões no auditório da Reitoria da UFF e no salão nobre do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

<sup>24</sup> Nossa tese de livre docência intitula-se *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, e foi publicada em 1984 pela editora Presença, com prefácio de Pedro Nava.

1989 o antigo Departamento de Lingüística e Filologia se converteu em Departamento de Ciências da Linguagem, abrangendo como disciplinas básicas Lingüística Geral, Crítica Textual e Teoria da Literatura.

## 6. Soluções que se impõem ante os problemas da polissemia.

Tendo em vista o que acabamos de expor, dizemos nós para dar realce ao que nos parece absolutamente incontestável:

6.1. A palavra *filologia* é usada hoje não só no Brasil como em outros países com duas acepções principais: na acepção ampla que abarca um complexo de disciplinas como lingüística especial sincrônica e diacrônica, crítica textual, história e análise literária e várias outras; na acepção restrita de crítica textual.

A experiência mostra que é impossível impor o uso dessa palavra apenas num único sentido, pois não há como deixar de reconhecer a polissemia que a caracteriza em âmbito internacional e pois o direito de cada um dos especialistas em ciências da linguagem fazer a escolha que julgar mais conveniente. Assim sendo, devemos conformar-nos com a ambigüidade do sentido da palavra, não alimentando qualquer ilusão de que se resolva tal problema com a adoção de uma solução única, pois ele é com toda a certeza insolúvel.

Não há como impedir portanto que a palavra *filólogo* se empregue tanto em sentido geral como em sentido restrito para indicar apenas os estudiosos de crítica textual.

6.2. Sendo imperativa a aceitação da polissemia da palavra *filologia*, é necessário todavia que o seu uso se faça com as cautelas exigidas pela precisão e univocidade desejáveis na linguagem científica mais apurada, tendo-se sempre o cuidado nos casos que possam suscitar dúvidas de deixar bem nítido o sentido em que está empregada.

Por outro lado, não é admissível nos dias atuais dar a denominação de *filologia* aos estudos puramente de teoria da linguagem ou de lingüística geral, como os que compõem a obra principal de Eugênio Coseriu, a quem o rótulo de *filólogo* estaria mal aplicado, pois, como se vê pela leitura de sua extensa e tão valiosa obra de ensaísta, ele é acima de tudo um lingüista teórico ou especialista em teoria da linguagem.

6.3. Os que preferem usar a palavra *filologia* para designar as atividades compreendidas no âmbito da crítica textual – e não são poucos os que o fazem – podem solucionar os problemas da polissemia indicando com clareza a acepção em que tomam a palavra. Um exemplo de solução a ser considerado é

o do linguísta e filólogo italiano Giuseppe Tavani, com o uso da expressão *filologia textual*.<sup>25</sup>

## 7. Filologia e Crítica Textual – Crítica Textual e Ecdótica.

Analisando as obras que compõem a bibliografia da ciência que trata da gênese dos textos, da sua transmissão através dos tempos, e das técnicas de reprodução cuidadosa dos mesmos e preparação das edições fidedignas ou de edições críticas, vemos que para designá-la, além da palavra *filologia* com os problemas da polissemia já apontados, têm sido usadas as denominações *crítica textual*, *crítica dos textos*, *crítica de textos*, *ecdótica* (com a variante *edótica*, de uso discutível), *crítica verbal*, a partir das décadas finais do século XIX; e *textologia* e *filologia textual*, já nas últimas décadas do século XX. O especialista em tal tipo de estudos tem sido denominado *filólogo*, mas como a palavra está igualmente marcada pela polissemia, entrou em cena mais recentemente a designação de *crítico textual*, que nos parece bastante clara e apropriada.<sup>26</sup>

Como as atividades da crítica textual se desenvolvem em várias etapas distintas, e a cada uma delas tem de ser dada atenção especial, surgiram outras denominações para designá-las, entre as quais as de *estemática*, *variantística*, *crítica genética*, *hermenêutica* e outras mais. A expressão *crítica genética* deve ser objeto de algumas observações nossas em outro artigo, por estar muito em evidência nos dias atuais, como proposta de uma ciência nova, com objeto formal e finalidades próprias, e cujos fundamentos merecem análise detida, tendo em vista alguns equívocos propagados pelos seus divulgadores no Brasil.

Em resumo, podemos dizer a respeito das várias denominações para as atividades múltiplas da crítica textual:

<sup>25</sup> V. artigos incluídos na coletânea de ensaios de vários autores intitulada *Litterature Latino-Americaine et des Caraïbes du XX<sup>e</sup> Siècle / Théorie et Pratique de l'Édition Critique* (Roma, Bulzoni Editore, 1988): em francês – *philologie textuelle* no artigo “Le Texte: son Importance, son Intangibilité”; em espanhol – *filologia textual* no artigo seguinte “Teoría y Metodología de la Edición Crítica”. Merecem leitura atenta as lúcidas considerações de Giuseppe Tavani nesses artigos a respeito da amplitude e importância das atividades de crítica textual.

<sup>26</sup> A expressão *crítico textual* é muito usada por Ivo Castro, professor da Universidade Clássica de Lisboa, no livro *Editar Pessoa* (Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990), que trata das suas profícuas e tão significativas atividades de coordenador do Grupo de Trabalho Para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa: por exemplo, na página 20 ele declara que “a edição da obra completa de Pessoa será confiada a críticos textuais”.

7.1. As denominações de *crítica textual*, *crítica de textos* e *crítica dos textos* foram muito bem aceitas e disseminadas entre os tratadistas da matéria, e nos parecem realmente as que melhor definem os métodos e objetivos da ciência.

7.2. A expressão *crítica verbal* foi usada por Louis Havet, que deu ao alentado volume com que contribuiu para o progresso dos estudos clássicos o título de *Manuel de Critique Verbale Appliquée aux Textes Latins* (Paris, Librairie Hachette, 1911). Não teve todavia maior acolhimento.

7.3. O romanista Salomon Reinach, no seu substancioso *Manuel de Philologie Classique*, cuja segunda edição (a que possuímos) é de 1883 (Paris, Librairie Hachette), ao tratar das fontes dos textos clássicos, apresenta a seguinte definição, que envolve uma distinção bastante curiosa:

A Crítica dos Textos é a ciência das alterações a que os textos estão sujeitos, dos meios de reconhecê-las e de corrigi-las. A Ecdótica é a arte de publicar os textos <sup>27</sup>.

Por aí se vê que Salomon Reinach destaca a palavra *ecdótica* para indicar a parte culminante da crítica textual, ou seja, a “entrega” (publicação) do resultado final que restitui o texto à sua versão original ou ao que dela supostamente mais se aproxima. Infelizmente, não nos é possível verificar, o que demandaria longas pesquisas, a origem e outras ocorrências no século XIX anteriores ou posteriores da palavra *ecdótica*, cuja forma etimológica assim está registrada em verbete de autoria de Teresinha Marinho e Antônio Houaiss na *Enciclopédia Mirador* (vol. 7, p. 3534):

francês *ecdotique*, calcada no adjetivo grego *ékdotos*, ‘entregue, posto fora’, conexo com o substantivo grego *ékdosis*, ‘ação de produzir para fora’ e com o verbo grego *ekdídomi*, ‘produzir para fora’, correlato com o verbo latino *edere* (perfeito *edidi*), (supino *editum*), ‘pôr fora’, ‘pôr para fora’, donde ‘produzir’ e donde o substantivo derivado latino *editor*, ‘o que gera, produz; autor, fundador’. A forma *ecdótica* supõe a expressão grega *ekdotikē tékhne*, ‘arte de produzir’, donde o substantivo *ecdótica* pode ser também usado em sua função original de adjetivo.

No Brasil, somente se referiram com destaque ao registro da palavra feito por Salomon Reinach o professor Segismundo Spina e o autor deste artigo.

<sup>27</sup> Cf. Reinach, op. cit., p. 31: “La Critique des Textes est la science des altérations auxquelles les textes son sujets, des moyens de les reconnaître et d’y remédier. L’Ecdotique est l’art de publier les textes”.

Misteriosamente, na bibliografia estrangeira de crítica textual que conhecemos, os ensaístas que mencionam a palavra *ecdótica* demonstram não ter conhecimento da obra de Reinach em que ela aparece, e por isso, como veremos mais adiante, cometem erros de atribuição de primazia no emprego da mesma absolutamente incompreensíveis.<sup>28</sup>

7.4. Em 1926, o monge beneditino Dom Henri Quentin, ao publicar os seus estudos sobre os manuscritos bíblicos e outros textos, deu à obra um título que geraria confusões: *Essais de Critique Textuelle (Ecdotique)*<sup>29</sup>.

No início do prefácio ele afirma:

A ecdótica é a parte da crítica relativa ao estabelecimento e à edição dos textos. Nela geralmente não se vê senão uma arte exercida com mais ou menos virtuosidade pelo editor de acordo com os conhecimentos e habilidade técnica que possua a mais ou a menos.<sup>30</sup>

Embora no título da obra Dom Quentin dê a impressão de identificar no uso as expressões *crítica textual* e *ecdótica*, percebe-se pela definição acima que ele também como Salomon Reinach usa *ecdótica* para referir a fase final do estabelecimento e da edição dos textos.

Já demonstramos que, ao contrário do que está dito no verbete citado da enciclopédia *Mirador* e em outros autores de muito nome, não é esta a primeira ocorrência da palavra *ecdótica* na bibliografia internacional: bem antes dela, existe pelo menos a de Reinach, já apontada.

7.5. No Brasil, quem provavelmente usou pela primeira vez a palavra *ecdótica* foi o professor Francisco da Silveira Bueno, Catedrático da Universidade de São Paulo, como se lê na página 144 dos seus *Estudos de Filologia Portuguesa* (São Paulo, Saraiva, 1946). Todavia, por motivo inexplicável, converteu a forma *ecdótica* em *edótica*, e assim ficou infelizmente registrado. Curiosamente, Silveira Bueno não incluiu entre os verbetes do seu *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, em 12 volumes, nenhuma das duas formas da palavra.

<sup>28</sup> É o que se vê em obras de grande valor como *Principi e Applicazioni di Critica Testuale* de Aurelio Roncaglia (Roma, Bulzoni Editore, 1975), *Principi di Critica Testuale* de D'Arco Silvio Avalle (Padova, Editrice Antenore, 1978), *Manual de Crítica Textual* de Alberto Blecuca (Madrid, Editorial Castalia, 1983), *Breviario di Ecdotica* de Gianfranco Contini (Milano-Napoli, Riccardo Ricciardi Editore, 1986) e outros.

<sup>29</sup> Paris, Éditions Auguste Picard, 1926.

<sup>30</sup> Quentin, op. cit., p. 9: "L'ecdotique est la partie de la critique relative à l'établissement est à l'édition des textes. On n'y voit généralement qu'un art exercé avec plus ou moins de virtuosité par l'éditeur, suivant que celui-ci possède plus ou moins de connaissance, de flair et d'habileté technique."

A forma *edótica* tem sido usada em São Paulo por alguns dos antigos alunos da USP, como os professores Segismundo Spina e Edith Pimentel Pinto, apesar dos protestos bem fundamentados da crítica especializada.<sup>31</sup>

7.6. Já estando sendo usada a palavra *ecdótica* para designar a parte culminante da crítica textual (conforme acentuara Salomon Reinach) ou como sinônimo de crítica textual, um novo complicador entrou em cena com a proposta de dar o nome de *ecdótica* à ciência geral dos textos e de se reservar o nome de crítica textual a somente uma parte das suas atividades habituais. É o que se vê, por exemplo, em 1973, no livro *Principi e Applicazioni di Critica Testuale* do filólogo italiano Aurélio Roncaglia, e ele mesmo define a sua posição com as seguintes palavras:

A Crítica Textual constitui o núcleo central e propriamente filológico da Ecdótica [...].

A rigor, de fato, a noção de Ecdótica deve considerar-se mais ampla do que a noção de Crítica Textual, incluindo nela todos os aspectos da técnica editorial [...].<sup>32</sup>

Aurélio Roncaglia insiste no erro de atribuir a Dom Quentin a primazia do uso de *ecdótica*. Na extensa bibliografia do seu livro não há referência a Salomon Reinach.

7.7. Em 1973 um novo termo ganhou realce com a publicação do livro *Introduction à la Textologie: Vérification, Établissement, Édition des Textes*, do filólogo Roger Laufer (Paris, Librairie Larrousse, 1972).

O autor assim explica o uso de *textotogia* no título da sua obra:

A palavra é empregada de forma corrente nos países de línguas eslavas. Ela foi criada por Tomachevski nos anos vinte e usada por ele no subtítulo de um livro publicado em Leningrado em 1928, *O Escritor e o Livro: Esboço de Textologia*.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> O Professor Segismundo Spina é autor do primeiro compêndio de divulgação dos princípios da crítica textual no Brasil, a que deu o título de *Introdução à Edótica* (São Paulo, Cultrix, 1977), onde se divulgam importantes noções de crítica textual, mas também há afirmações insubsistentes que merecem reparo. Em 1994, saiu uma segunda edição “revisada e atualizada” desse livro, mas o professor Spina preferiu conservar o mesmo título e também no correr do texto da obra a forma (e não apenas grafia) *edótica*, que agora se apresenta como fato consumado.

<sup>32</sup> Cf. Roncaglia, op. cit., Roma, Bulzoni Editore, 1975, p. 26: “La Critica testuale costituisce il nucleo centrale e propriamente filológico dell’ Ecdotica [...]. A rigore, infatti, la nozione di Ecdotica deve considerarsi più estesa della nozione di Critica testuale [...]”.

<sup>33</sup> Cf. Laufer, op. cit., p. 5: “Le mot s’emploie couramment dans les pays de langues slaves. Il a été créé dans les années vingt par Tomachevski et employé par lui dans le sous-titre d’un livre publié à Leningrad en 1928, *L’Écrivain et le Livre: Esquisse de Textologie*”. [Do livro de Laufer há tradução brasileira, de Leda Tenório da Mota, revista por Vera Lúcia Bolognani e Dainis Karepoyis: São Paulo, Editora Perspectiva, 1980.]

Nas palavras preliminares Laufer define:

A textologia estuda as condições gerais da existência dos textos. Palavras, o vento leva; o que se escreve permanece: nem os textos, nem as leituras, contudo, escapam às investidas do tempo. A escrita se altera, muda o espírito. A textologia se empenha em assegurar a boa transmissão de certas mensagens. Ela faz parte, portanto, das ciências da comunicação, assim como a filologia clássica e medieval, das quais se distingue por sua menor extensão (tendo por objeto textos melhor conservados e culturalmente mais próximos), um desenvolvimento modesto (a filologia clássica reúne o saber de muitos séculos), mas uma maior abertura a um problema de hoje: a transformação da cultura ligada aos meios de comunicação de massa, o questionamento da tipografia e da escrita.<sup>34</sup>

Por estas explicações, verifica-se que o filólogo tomou a palavra *textologia* para definir uma ciência que, identificando-se fundamentalmente com a crítica textual, se propõe todavia a tratar apenas dos textos modernos transmitidos por via tipográfica e inseridos no processo da comunicação de massa.

## 8. Conclusão.

Neste artigo, procuramos deixar bem claro:

8.1. Entre as palavras usadas para a designação da ciência dos textos, *filologia* e *ecdótica* estão definitivamente marcadas pelos problemas da polissemia. Por este motivo, aos usuários de tais palavras, por imposição da clareza que deve caracterizar a boa linguagem científica, impõe-se o cuidado de só se valerem das mesmas num contexto em que esteja bem especificado o sentido a elas atribuído, como opção de uso legítima e incontestável diante dos fatos comprovados a que fizemos referência. De fato, vimos com clareza que *filologia* no uso moderno tanto corresponde ao sentido amplo das definições

---

<sup>34</sup> Cf. Laufer, op. cit., p. 5: “La textologie étudie les conditions générales d’existence des textes. Les paroles s’envolent, les écrits demeurent: mais ni les textes, ni les lectures n’échappent aux atteintes du temps. La lettre s’altère, l’esprit change. La textologie s’efforce d’assurer la bonne transmission de certains messages. Elle fait donc partie des sciences de la communication, comme la philologie classique et médiévale, dont elle se distingue par une extension moindre (portant sur des textes mieux préservés et culturellement plus proches), un développement modeste (la philologie classique accumule le savoir de nombreux siècles), mais une ouverture majeure à un problème d’aujourd’hui: la transformation de la culture liée aux moyens de communication de masse, la mise en question de la typographie et de l’écriture”.

de Carolina Michaëlis e de Leite de Vasconcelos como ao sentido restrito de crítica textual; e que a palavra *ecdótica*, usada por Salomon Reinach e por Dom Henri Quentin para indicar a fase culminante da crítica textual, também é tomada para designar uma ciência de objetivos mais amplos, da qual a crítica textual seria a parte nuclear.

8.2. Não há a menor razão para justificar a substituição da forma *ecdótica* por *edótica*, esta última divulgada por infeliz iniciativa de Silveira Bueno em 1946, e adotada por Segismundo Spina: é uma palavra de cunho erudito, e não é a única que pode causar espécie aos iniciantes em estudos das ciências da linguagem, aos quais não restam outras alternativas senão conformar-se com o uso desta e de numerosas palavras ou expressões de aparência hermética ou então simplesmente rejeitá-las e substituí-las se possível por outras designações mais simples e adequadas.

8.3. A vantagem oferecida pelas designações *crítica textual*, *crítica de textos* ou *crítica dos textos*, de uso já tão generalizado, é que contribuem de imediato para a percepção do seu significado, sem necessidade de explicações etimológicas ou relativas a problemas de polissemia, que não as envolvem.

8.4. A melhor maneira de designar os especialistas em Crítica Textual sem deixar nenhuma dúvida a esse respeito é no nosso entender usar a expressão *crítico textual*, como tem feito Ivo Castro nos seus valiosos trabalhos. A palavra *filólogo*, pela sua polissemia, não se aplica exclusivamente a quem se dedica à crítica textual.

8.5. Quanto à palavra *textologia*, na verdade, pondo de lado a restrição de sentido que lhe impôs Laufer, consideramos que poderia merecer a atenção dos estudiosos, como uma das boas soluções para o problema terminológico em pauta, pois o sentido dos radicais que a constituem em nada impede que viesse também a ser aplicada à ciência dos textos de modo geral, tendo em vista a origem dos mesmos, a sua transmissão através dos tempos e reprodução em edições fidedignas e edições críticas, como está nos planos da crítica textual.